

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense



NAPNE-IFC

Núcleo de Acessibilidade às Pessoas
com Necessidades Específicas

Orientações para atender pessoas com deficiência



Orientações para atender pessoas com deficiência



Sonia Regina de Souza Fernandes

Reitora

Stefano Moraes Demarco

Pró-Reitor de Administração

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Josefa Surek de Souza

Pró-Reitora de Ensino

Fernando José Taques

Pró-Reitor de Extensão

Fátima Peres Zago de Oliveira

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Gilmar de Oliveira Veloso

Diretor – Campus Avançado Abelardo Luz

Victor Martins de Souza

Diretor – Campus Avançado Sombrio

Cleder Alexandre Somensi

Diretor-Geral – Campus Araquari

Aldelir Fernando Luiz

Diretor-Geral – Campus Blumenau

Eder Aparecido de Carvalho

Diretor-Geral – Campus Brusque

Sirlei de Fátima Albino

Diretora-Geral – Campus Camboriú

Rudinei Kock Exterckoter

Diretor-Geral – Campus Concórdia

Tiago Lopes Gonçalves

Diretor-Geral – Campus Fraiburgo

Douglas Hörner

Diretor-Geral – Campus Ibirama

Eduardo Butzen

Diretor-Geral – Campus Luzerna

André Kuhn Raupp

Diretor-Geral – Campus Rio do Sul

Jorge Luís de Souza Mota

Diretor-Geral – Campus Santa Rosa do Sul

Rogério Luís Kerber

Diretor-Geral – Campus São Bento do Sul

Adalto Aires Parada

Diretor-Geral – Campus São Francisco do Sul

Jaquiel Salvi Fernandes

Diretor-Geral – Campus Videira



Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas

Elaboração

Luana Tillmann – Coordenação Institucional NAPNE

Colaboração

Núcleo Bilíngue Libras – Língua Portuguesa (NuBi)

Afonso da Luz Loss – Responsável Docente

Mara Rubian Matteussi Kortelt – Responsável Técnica

Diagramação

Letícia Beatriz Folster

Imagens

Imagens adaptadas de br.freepik.com

Introdução

Com este material, o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal Catarinense (IFC), busca compartilhar orientações que contribuam para qualificar a recepção, o atendimento e o acolhimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos setores e serviços prestados à comunidade interna e externa no âmbito do IFC.

Inicialmente, cabe ressaltar que o termo correto a ser utilizado, conforme a legislação vigente, é pessoa com deficiência, visto que a deficiência se apresenta como uma de várias características que a pessoa possui. Sob essa perspectiva, a deficiência é compreendida como uma experiência relacional, mediante o enfrentamento de barreiras e de falta de acessibilidade vivenciada pelas pessoas com deficiência.

Dentre as formas de barreiras tipificadas pela **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**, as atitudinais são relatadas como as enfrentadas cotidianamente e constantemente. Tais barreiras são materializadas em atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a

participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e de oportunidades com as demais pessoas, sejam elas com ou sem deficiência.

As barreiras atitudinais também podem ser nomeadas como atitudes e comportamentos capacitistas, por excluírem, segregarem ou inferiorizarem as pessoas com deficiência. O termo capacitista deriva do conceito de capacitismo, que é a forma de discriminação pautada em um padrão de normalidade de estrutura e funcionamento de corpos. Essa forma de discriminação pode ocorrer de modo velado ou explícito, subestimando ou mesmo superestimando pessoas com deficiência.

Sendo assim, com vistas a minimizar possíveis barreiras atitudinais ou expressões e comportamentos capacitistas na recepção, no atendimento ou no acolhimento de estudantes, servidores e demais membros da comunidade com deficiência, a seguir são apresentadas orientações. Estas, trazem exemplos de condutas e abordagens a serem adotadas por servidores que atuam nos

diferentes serviços prestados, considerando que a seguridade da acessibilidade em prol de um IFC mais inclusivo é responsabilidade coletiva.

Essas condutas e abordagens primam por respeitar o lema “Nada sobre nós, sem nós”, o qual intenciona ratificar a importância da participação das pessoas com deficiência na tomada de decisões em discussões, espaços, eventos, entre outros que tenham pautas diretamente relacionadas a esse segmento social. Isto é, partindo dessa perspectiva, pretende-se compartilhar orientações que respeitem o protagonismo e o empoderamento das pessoas com deficiência.

Respeito ao empoderamento de pessoas com deficiência



O que fazer

- ▶ Atender prioritariamente pessoas com deficiência, mesmo que estejam acompanhadas, com tratamento imediato e condizentes com as necessidades específicas de cada uma. O atendimento prioritário é assegurado pela legislação vigente as pessoas com deficiência de quaisquer natureza, inclusive autistas;
- ▶ Perguntar para a pessoa se ela necessita de auxílio, caso a resposta seja afirmativa, questionar como deve proceder. Por vezes as pessoas com deficiência não necessitarão de ajuda, pois já possuem autonomia na realização do deslocamento ou da ação;
- ▶ Dirigir falas e questionamentos à pessoa com deficiência, não a quem lhe está acompanhando;
- ▶ Tratar as pessoas com deficiência conforme a faixa etária, não utilizando expressões infantilizadas e/ou no diminutivo;
- ▶ Permitir que a pessoa com deficiência realize as ações de modo autônomo, sem fazer por ela ou antecipar seus movimentos, exceto se ela solicitar ajuda.



O que não fazer

- ▶ Retirar recursos de tecnologia assistiva utilizados pela pessoa de perto dela sem ter solicitado, por exemplo, bengalas, andadores, pranchas ou tablets para comunicação aumentativa e alternativa;
- ▶ Pressupor que a pessoa com deficiência não sabe ou não consegue, tampouco não falar dela como se não estivesse presente;
- ▶ Utilizar expressões pejorativas ao se referir a característica da deficiência, por exemplo, ceguinho, inválido, incapaz, surdo-mudo, retardado.

Pessoas Surdas¹ ou com deficiência auditiva



¹ O termo Surdo – com “S” maiúsculo, é empregado para representar o sujeito cultural e político. Por sua vez, com “s” minúsculo, para se referir à condição audiológica de não ouvir (WILCOX; WILCOX, 2005).

WILCOX, Phyllis Perrin; WILCOX, Sherman. **Aprender a ver**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.



O que fazer

- ▶ Sinalizar com a mão ou tocar sutilmente no braço de uma pessoa Surda ou com deficiência auditiva para chamar-lhe atenção;
- ▶ Perceber se a pessoa é Surda, usuária de Libras ou é oralizada e utiliza leitura labial para se comunicar;
- ▶ Caso seja usuária de Libras, solicitar a presença do tradutor intérprete de Libras da unidade. Dirigir sempre a comunicação oral para a pessoa não para o tradutor intérprete de Libras;
- ▶ Utilizar recursos alternativos, quando da impossibilidade do uso da Libras e na ausência de tradutores intérpretes. Por exemplo, expressão facial e corporal, apontamentos e escrita em português com frases curtas e objetivas, sem duplo sentido ou metáforas;
- ▶ Usar seu tom e sua velocidade comum de voz, ao menos que a pessoa lhe peça para aumentar, falar mais devagar ou repetir, no caso da pessoa ser oralizada e utilizar leitura labial para se comunicar;
- ▶ Pronunciar as palavras com boa articulação, deixando os lábios visíveis, em lugar iluminado, sem objetos na frente da boca, nem estar mastigando, caso a pessoa seja oralizada e utilize a leitura labial;
- ▶ Solicitar que a pessoa oralizada repita algo que você não compreendeu. Caso necessário, solicite que ela escreva, se for possível;
- ▶ Manter sempre o contato visual enquanto estiver conversando com uma pessoa Surda ou com deficiência auditiva, pois, se você desviar o olhar, a pessoa pode entender que a conversa terminou.



O que não fazer

- ▶ Andar entre duas pessoas que estejam conversando em Libras.

Pessoas com deficiência visual (cegas e com baixa visão)



O que fazer

- ▶ Aproximar-se da pessoa com deficiência visual com um sutil toque no ombro ou antebraço, a fim de que perceba que você está falando com ela;
- ▶ Apresentar-se, falando seu nome e o setor onde trabalha;
- ▶ Avisar seu afastamento ou saída do ambiente, para que a pessoa com deficiência visual não passe o constrangimento de falar sozinha, assim como, avisar seu retorno;
- ▶ Comunicar-se utilizando seu tom de voz comum, pois não é necessário falar mais alto, ao menos que a pessoa solicite;
- ▶ Oferecer informações verbais e visuais para pessoas com baixa visão, a fim de facilitar o acesso e a localização de espaços ou pontos de referência, por exemplo, indicando as cores de objetos, portas, entre outros;
- ▶ Oferecer o braço ao conduzir a pessoa com deficiência visual. Ela segurará em seu ombro ou cotovelo, ficando meio passo atrás de você. Em uma passagem estreita, coloque o braço para trás de seu corpo, assim a pessoa acompanhará seus movimentos e se posicionará atrás, te seguindo;
- ▶ Avisar sobre os possíveis obstáculos encontrados no deslocamento, tais como degraus, passagem por portas, desníveis, mudança de piso, obstáculos aéreos;
- ▶ Colocar a mão da pessoa com deficiência visual no encosto da cadeira, quando a estiver conduzindo para se sentar. Em seguida, informar se a cadeira possui braços e/ou rodinhas;
- ▶ Informar direções sempre a partir da perspectiva da pessoa, como à frente, atrás, à esquerda e à direita.



O que não fazer

- ▶ Apontar e utilizar expressões não diretivas, como aqui, ali, lá, esse, aquele, ao indicar locais, objetos e pessoas;
- ▶ Oferecer alimentos a cães-guia ou distraí-los com acenos e afagos, nem estabelecer contato visual com o cão.

Pessoas com deficiência intelectual



O que fazer

- › Utilizar expressões simples, com explicações objetivas;
- › Demonstrar de modo prático ações que precisam ser feitas, como por exemplo, levar a pessoa até a sala desejada ou até o local para aguardar;
- › Apontar para lugares e objetos dos quais você está se referindo;
- › Respeitar o tempo para assimilação e resposta, pois cada pessoa com deficiência intelectual possui características singulares;
- › Responder a cada questionamento de modo pontual, fragmentando as informações;
- › Solicitar para que a pessoa repita alguma palavra ou frase quando você não a compreendeu.



O que não fazer

- › Utilizar metáforas ou expressões irônicas.

Pessoas com deficiência física



O que fazer

- › Acompanhar o ritmo de deslocamento da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida;
- › Buscar ficar de frente para uma pessoa usuária de cadeira de rodas, estando no mesmo nível do olhar, por exemplo, sentando-se quando estiverem em um diálogo mais prolongado;
- › Posicionar a cadeira de rodas quando estiverem conversando em mais pessoas, a fim de que todos fiquem de frente um para os outros, caso a pessoa com deficiência física necessite desse auxílio.



O que não fazer

- › Movimentar a cadeira de rodas sem a permissão ou a solicitação da pessoa;
- › Se apoiar na cadeira de rodas, visto que esse recurso de tecnologia assistiva é considerado uma extensão do corpo da pessoa. Da mesma forma, não pendurar objetos ou bolsas;
- › Tocar, empurrar ou puxar uma pessoa com deficiência física, seja usuária ou não de recursos de tecnologia assistiva, tais como bengalas e andadores.

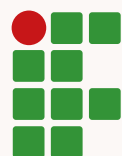
O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) se caracteriza como um núcleo inclusivo do Instituto Federal Catarinense (IFC), instituído pela **Política de Inclusão e Diversidade, Resolução nº 33/2019 – Consuper/IFC**. É organizado em instâncias locais, sendo uma por unidade, nos quinze campi e uma na reitoria, e uma instância institucional, que é composta pelos coordenadores locais.

Trata-se de um órgão de natureza propositiva e consultiva, voltado para o fomento de estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas. Da mesma forma, debruça-se no desenvolvimento de ações que visam a ampliação da oferta de acessibilidade, a minimização de barreiras, a equidade de condições e o combate ao capacitismo, sobretudo em âmbito institucional.

Contatos

E-mail – Coordenação Institucional: napne@ifc.edu.br

Telefone – Coordenação Institucional: **(47) 3331-7812**



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense



NAPNE-IFC

Núcleo de Acessibilidade às Pessoas
com Necessidades Específicas